



Pensões

56 milhões

Em Janeiro, o Estado gastou 56,2 milhões com as reformas dos pensionistas da banca

522 milhões

Despesa estimada no Orçamento do Estado com as pensões dos bancários em 2012

7,9%

Seria o défice do Estado em 2011, caso não tivesse recebido os fundos de pensões

27 mil

Com a absorção dos fundos de pensões da banca, Estado ficou com mais 27 mil pensionistas

Este ano, o governo aprovou 9922 pedidos de reformas antecipadas

ANTÓNIO PEDRO SANTOS

ria com 37 900 novos reformados voluntários, um número que ascenderia aos 45 900 em 2013. Para o governo, esta evolução “fragiliza a sustentabilidade da Segurança Social, que necessita de ser acautelada”, o que justificou a medida. Contudo, recorde-se, esta fragilidade terá ganho maior dimensão com a integração dos fundos de pensões da banca na Previdência (ver texto ao lado).

Desde 2009 e até ao final de 2011 registaram-se 60 198 pedidos de pensão antecipada. Só este ano, até ao final de Março, foram autorizados mais 9922 pela Segurança Social, uma média de 3307 por mês.

Os pedidos que entraram nos serviços da Previdência Social até ao dia de ontem serão apreciados ao abrigo da “legislação vigente no momento da sua apresentação”. Recorde-se que quem pede a pensão antecipada é penalizado em 6% ao ano.

SECRETISMO DA MEDIDA O processo de congelamento das reformas antecipadas decorreu em quatro dias úteis e em total sigi-

lo. A medida foi aprovada em Conselho de Ministros a 29 de Março, mas não foi anunciada em conferência de imprensa nem comunicada por escrito nesse dia. O diploma obteve ontem a promulgação do Presidente da República, tendo sido, ainda ontem, publicado em Diário da República. Ao surpreender com o anúncio desta medida, o executivo travou a corrida às reformas antecipadas.

Para Pedro Adão e Silva, esta medida é uma surpresa muito grande. “Como é possível tomar uma decisão destas sem enquadramento nos documentos estratégicos, como o PEC ou o OE?”,

Para o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, a medida é inconstitucional

interroga-se, em declarações ao *i*. O sociólogo lembra que a penalização já é muito grande para quem escolhe reformas antecipadas. “Parece-me uma medida tomada de uma forma casuística.” Para o presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Bettencourt Picanço, a suspensão imediata das reformas antecipadas é inconstitucional. “Esta matéria deveria ter sido apreciada pelos parceiros sociais e a Assembleia da República deveria ter-se pronunciado sobre isto”, defendeu em declarações à Lusa.

A Frente Comum promete avançar com uma providência cautelar se o governo aplicar novas regras aos funcionários públicos. Já o secretário-geral da CGTP acusa o governo de “falta de transparência e boa-fé”.

O diploma salvaguarda a situação dos desempregados de longa duração e de todos aqueles que estando a receber subsídio de desemprego passem, por factor etário, à reforma antecipada. Para estes casos, continua a ser permitido o acesso à reforma antecipada.

Fundos de pensões salvam o défice à custa da Segurança Social

A absorção de fundos de pensões em nome do défice tem destruído a Segurança Social: só este ano os bancários custam 522 milhões de euros

●●● A absorção dos fundos de pensões da banca pelo Estado foi a salvação de Vítor Gaspar o ano passado. Sem esta medida extraordinária, Portugal teria fechado as contas de 2011 com um défice de 7,9%, segundo as contas do Instituto Nacional de Estatística e da Unidade Técnica de Apoio Orçamental. Mas as Finanças beneficiaram ainda em 2011 de outro fundo de pensões, este absorvido ainda por Teixeira dos Santos.

Os 7,9% de défice que Portugal teria registado o ano passado sem os fundos da banca seria um valor bem acima da meta acordada com a troika para 2011, e foi apenas graças aos 3263 milhões de euros – equivalente a 1,9% do PIB – transferidos pelo sector bancário para o Estado que o défice começou a baixar. A este valor juntaram-se outros 620,9 milhões transferidos pela Portugal Telecom, também à conta da assunção pelo Estado das responsabilidades com os seus pensionistas.

Foram estas duas injeções extraordinárias de activos no Estado, lado a lado com a sobre-taxa de IRS sobre o subsídio de

Natal e a antecipação do aumento do IVA na electricidade e no gás natural que permitiram a Vítor Gaspar reduzir tanto o défice em 2011.

O REVERSO DA MEDALHA Mas se a absorção dos fundos de pensões serve a curto prazo para obter um encaixe imediato e apaziguar a troika cumprindo artificialmente as metas acordadas para o défice, a curto, médio e longo prazo trazem consigo um forte aumento dos gastos do Estado com pensionistas.

Só em Janeiro deste ano Portugal gastou mais 113 milhões de euros em prestações sociais que no mesmo mês de 2011. Deste valor, 56,2 milhões de euros deveram-se aos custos com pensões dos bancários que passaram para o regime da Segurança Social. No total, e segundo o Orçamento Rectificativo, estes novos pensionistas vão custar aos contribuintes 522 milhões de euros, a que se juntam mais alguns milhões dos reformados da Portugal Telecom – nunca especificado. Já os descontos feitos por estes trabalhadores serviram para abater défice. *F.P.C.*



Pensões da banca foram a salvação de Gaspar em 2011